

As suaves ilusões em ^{economia - moral} que o governo embarca

Lá se foram, a caminho de Seul, na Coréia, os diligentes novos administradores da nossa política econômica — o ministro Dilson Funaro e presidente do Banco Central, Fernão Bracher — tentar cumprir perante os credores privados e o próprio FMI, que se reúne desta feita naquela capital do Oriente, a difícil missão para eles delineada e delimitada pelo discurso do presidente Sarney na ONU: a missão de conseguir não apenas melhores condições para nossos pagamentos externos, mas, ainda, mudanças talvez nas regras e praxes do Fundo Monetário.

Não podemos fazer outra coisa senão desejar a ambos muita sorte e muito sucesso. É importante que consigam alguma coisa do que pretendem. E se conseguirem 10% do que querem já será lucro, para todos nós.

Sob esse aspecto, portanto, cerramos fileiras em torno e ao lado dos nossos bravos rapazes.

Mas devemos dizer, antes de mais nada, que tudo o que conseguirem lá fora poderá talvez ajudar no tratamento dos nossos problemas. A solução mesmo, porém, decisiva e definitiva, não está na Coréia, nem em Nova York, Washington, ou Tombuctu — está aqui dentro, mais precisamente numa cidade chamada Brasília, e mais especificamente num edifício dessa cidade chamado Palácio do Planalto. É da clareza de visão que seja possível ali dentro, e da firmeza e determinação sobre certas decisões necessárias e cada vez menos postergáveis, que depende, na prática, a nossa sorte.

Tememos que o ministro Funaro e seu auxiliar Fernão Bracher tenham seguido com as malas mais carregadas de ilusões — auto-infligidas — do que de análises corretas e soluções concretas.

Infelizmente, parte substancial dessas ilusões tem sido incentivada pela imprensa. Dizia um jornalista americano, a respeito de um dos ditadores do antigo Vietnã do Sul, que este decidira lançar-se à guerra contra o Norte depois de ter sido pela terceira vez capa da revista Time...

A imprensa tem, de fato, esse poder discutível: fazer as pessoas se iludirem a respeito de si próprias e muitas vezes da realidade que as circunda.

Tememos que as autoridades brasileiras — particularmente as da área econômica — estejam neste momento se iludindo com uma leitura equivocada dos fatos que a imprensa noticia, mas nem sempre analisa com acuidade.

Assim, Funaro e Bracher levam nas suas malas, por exemplo, a ilusão ou a impressão de que o discurso do presidente Sarney calou fundo nas mentes e corações dos chefes de Estado das nações mais poderosas da Terra e de que estes virão, pressurosamente, atender aos anseios reformistas e revisionistas manifestados no discurso. Já dissemos aqui que, naquilo que se refere à dívida externa, o discurso foi oportuno e transmitiu um recado correto, num ambiente favorável. Mas daí a contar, para já, com modificações substantivas e benéficas nos procedimentos do FMI e dos credores vai uma enorme distância.

Outra ilusão que viaja para o Oriente com nossas autoridades, essa destinada a ser brandida com alegria perante nossos parceiros, é que a inflação está cedendo aos poderes mágicos dos seus novos terapeutas porque a taxa de setembro foi de apenas (sic) 9,1%. Nós todos sabemos, no entanto, que existe uma ominosa e indiscutível possibilidade de recrudesimento da inflação, mesmo porque a sua principal causa — o déficit do setor público — não diminuiu e, se tem produzido efeitos menos agudos, isso se deve apenas àquilo que Funaro prometia quando assumiu: um controle cuidadoso do fluxo de caixa. Quer dizer, o efeito atenuado de hoje será "compensado" amanhã, uma vez que o governo não fez nenhum corte extra na sua despesa.

Finalmente, temos aí nova ilusão que parece grassar em toda a equipe governamental, de certo modo alimentada pela imprensa: a de que o famoso pacto social estaria no papo!

O pacto social serviu apenas para que a CUT e a Conclat fizessem um pacto entre si. Não em favor do Brasil, e não necessariamente — considerando o médio e longo prazo — em favor dos trabalhadores que dizem representar. Mas em favor das conveniências políticas dos seus líderes atuais. O próprio governo, em última análise, com toda essa conversa sobre pacto social, mas sem dar à expressão nenhum conteúdo ou substância, forneceu o pretexto para o pacto entre as entidades sindicais para o lançamento da campanha em que ambas se empenharão independentemente de qualquer diálogo com o governo: a campanha pela trimestralidade, pela reposição salarial, pela redução da jornada de trabalho.

A verdade é que, do mesmo modo que nenhuma empresa tem moral para negar a trimestralidade aos seus empregados quando a inflação chega aonde chegou — como muito bem assinalava o presidente da Volkswagen, sr. Wolfgang Sauer —, o governo do presidente Sarney também não tem moral para pedir sacrifícios ou renúncias aos trabalhadores, pois ele próprio não chegou a fazer nenhum sacrifício ou exercer qualquer renúncia no sentido de reduzir seus gastos e dilapidações até agora.

Estamos cansados de saber, no entanto, que uma vez atendidas as reivindicações trabalhistas acima citadas — independentemente de serem justas ou injustas, morais ou imorais — o efeito será danoso para a economia como um todo. Não só pelos efeitos inflacionários, como reconhecem hoje até os famosos economistas do PMDB. Mas principalmente pela quebra da relação câmbio/salário, ou seja, pelo crescimento mais rápido das despesas salariais do que das receitas cambiais nas empresas exportadoras. Fenômeno que ou provoca perda de superávit comercial (e consequente ameaça de crise cambial), ou exige desvalorizações mais aceleradas da moeda, com os efeitos que todo mundo conhece.

No fundo, portanto, o que a CUT e a Conclat estarão fazendo, e o governo dificilmente terá condições políticas e morais de impedir, é preparar o terreno para uma aceleração inflacionária brutal, à la Argentina, que por sua vez exigirá mais tarde o mesmo tipo de remédio: o famoso choque heterodoxo, do qual já se fala. Na Argentina, diga-se de passagem, a insistência da poderosa CGT em não colaborar com o governo Alfonsín no seu início resultou, agora, no congelamento de

salários, de preços e da economia, enfim, que está em recessão total.

Idêntico cenário está-se armando no Brasil enquanto nossos viajantes embarcam para Seul com suas ilusões e o Planalto entretém-se com o seu pacto. Ninguém fazendo aquilo que seria necessário e útil: cortar drástica e energeticamente os gastos do governo.